

ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS  
EM AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.

Pelo presente instrumento,

**BRASIL TELECOM S.A.**, com sede no SIA Sul – ASP – LOTE D – Bloco B, Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ sob nº 76.535.764/0001-43, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante simplesmente denominada “EMISSIONORA”);

**PAVARINI Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.**, com sede na Rua Sete de Setembro, 99, 16º andar, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob nº 15.227.994/0001-50, instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM (“CVM”), nomeada nesta escritura e nela interveniente como agente fiduciário representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (“Debenturistas”) e (“Debêntures”), neste ato representada na forma de seu Contrato Social, (doravante simplesmente denominada “AGENTE FIDUCIÁRIO”); e

**BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.**, com sede no SIA Sul – ASP – LOTE D – Bloco B, Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ sob nº 02.570.688/0001-70, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de interveniente garantidora, mediante prestação de fiança (doravante simplesmente denominada “GARANTIDORA”).

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar a presente “ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA BRASIL TELECOM S.A.” (“Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**Cláusula Primeira - DA AUTORIZAÇÃO**

1.1. A presente Escritura é celebrada com base na autorização deliberada na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 04 de novembro de 2002 da EMISSORA (“RCA”).

1.2. Foram delegados pela RCA poderes à Diretoria da Emissora para (i) tomar todas as providências necessárias à efetivação da Emissão, inclusive, mas não se limitando, à contratação de instituições financeiras autorizadas a prestar serviços de estruturação e intermediação da Emissão, de banco mandatário, banco escriturador das Debêntures, de agente fiduciário, entidades de mercado de balcão organizado, bolsa de valores e demais instituições que se façam necessárias à implementação da Emissão; e (ii) praticar todos os demais atos e providências necessários à formalização, efetivação e administração das deliberações da RCA, incluindo, mas não se limitando a, firmar ou aditar a respectiva escritura de emissão de debêntures, contratos e outros instrumentos relativos à operação.

**Cláusula Segunda - DOS REQUISITOS**

2.1. A efetiva emissão das Debêntures está condicionada ao atendimento dos seguintes requisitos:

- a) arquivamento da ata de RCA da Emissora que deliberou sobre a emissão das Debêntures, e eventuais outros atos societários que deliberem sobre a Emissão, na Junta Comercial do Distrito Federal;

**ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS  
EM AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.**

- b) publicação da ata da RCA que deliberou sobre a emissão das Debêntures e de eventuais outros atos societários que deliberem sobre a Emissão, nos jornais em que a Emissora efetua suas publicações legais;
- c) arquivamento da ata de Reunião do Conselho de Administração da Garantidora que deliberou sobre prestação de garantia fidejussória, mediante fiança às Debêntures, na Junta Comercial do Distrito Federal;
- d) publicação da ata de Reunião do Conselho de Administração da Garantidora que deliberou sobre prestação de garantia fidejussória, mediante fiança às Debêntures, nos jornais em que a Garantidora efetua suas publicações legais;
- e) inscrição da presente Escritura e de eventuais Aditamentos na Junta Comercial do Distrito Federal;
- f) registro da presente emissão de Debêntures na CVM, na forma das Leis nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, alterada parcialmente pela Lei nº 9.457, de 05 de maio de 1997 e pela Lei nº 10.303 de 31 de outubro de 2001, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes;
- g) registro da presente Emissão na Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID (“ANBID”), em atendimento ao Código de Auto-Regulação para as Operações de Colocação e Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários no Brasil, registrado no 5º Ofício de Registro de Títulos e Documentos do Estado do Rio de Janeiro em 17 de janeiro de 2002 (“Código ANBID”); e
- h) registro para negociação das Debêntures (i) junto ao Sistema de Distribuição de Títulos – SDT (“SDT”) e junto ao SND - Sistema Nacional de Debêntures (“SND”), ambos administrados pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (“ANDIMA”) e operacionalizados pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (“CETIP”) e (ii) junto ao Sistema de Negociação BOVESPA FIX, (“BOVESPA FIX”), administrado pela Bolsa de Valores de São Paulo (“Bovespa”), sendo que, neste sistema, os negócios serão liquidados e as Debêntures serão custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (“CBLC”), conforme item 3.6. da Cláusula Terceira desta Escritura.

**Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

**3.1. Objeto Social da EMISSORA**

A EMISSORA tem por objeto a exploração de serviços de telecomunicações e atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, na conformidade das concessões, autorizações e permissões que lhe forem outorgadas.

**3.2. Número da Emissão**

A presente Emissão constitui a 3ª emissão da Companhia, sendo a sua 2ª emissão pública de Debêntures.

**3.3. Séries**

✓

3

## ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.

A Emissão de Debêntures será realizada em série única.



### 3.4. Montante da Emissão

O montante da presente Emissão é de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais).

### 3.5. Limite da Emissão

A presente Emissão atende ao limite estabelecido no *caput* do artigo 60 da Lei n.º 6.404/76, respeitado o valor do capital social da EMISSORA que, em 31 de outubro de 2002, totalizava R\$3.335.769.959,97 (três bilhões, trezentos e trinta e cinco milhões, setecentos e sessenta e nove mil, novecentos e cinquenta e nove reais e noventa e sete centavos).

### 3.6. Colocação, Procedimento e Negociação

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários para negociação através (i) do SDT e do SND e (ii) do BOVESPA FIX, mediante o procedimento diferenciado previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de agosto de 1980 ("Instrução CVM 13/80"), inexistindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos de Debêntures, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes dos bancos coordenadores da Emissão que desejarem subscrever as Debêntures, independentemente de ordem cronológica de apresentação das respectivas manifestações de interesse.

3.6.2. No mercado primário, as Debêntures serão negociadas no mercado de balcão organizado, através do SDT. No mercado secundário, o debenturista poderá optar por negociar parte ou a totalidade das Debêntures de que for titular no SND, conforme item 3.6.1.(i) ou no BOVESPA FIX, conforme item 3.6.1.(ii).

### 3.7. Certificados das Debêntures

A EMISSORA não emitirá certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será admitido como comprovante de titularidade o "Relatório de Posição de Ativos" expedido pelo SND, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no referido sistema; e/ou o Relatório de "Posição de Títulos", expedido através do Sistema de Liquidação e Custódia da CBLC, caso as Debêntures sejam negociadas no BOVESPA FIX.

### 3.8. Destinação dos Recursos

Os recursos auferidos pela EMISSORA com a colocação das Debêntures, depois do pagamento das devidas despesas de emissão das Debêntures, serão destinados a investimentos para expansão e modernização da planta nos anos de 2003.

## Cláusula Quarta - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

A

S

## ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.

As Debêntures terão as características adiante especificadas e serão emitidas de acordo com as seguintes condições:

### 4.1. Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 01 de dezembro de 2002 ("Data de Emissão").

### 4.2. Quantidade de Títulos

4.2.1. Serão emitidas 40.000 (quarenta mil) Debêntures.

### 4.3. Valor Nominal Unitário

As Debêntures terão valor nominal unitário ("Valor Nominal Unitário"), na Data de Emissão, de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

### 4.4. Garantia mediante Prestação de Fiança

4.4.1. Pela presente Escritura, a GARANTIDORA obriga-se para com os Debenturistas como fiadora e principal pagadora da EMISSORA, renunciando, neste ato, expressamente, aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração previstos nos artigos 1.006, 1.485, 1.491, 1.498, 1.499, 1.500, 1.502, 1.503 e 1.504 do Código Civil, nos artigos 261 e 262 do Código Comercial Brasileiro e nos artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil, pelo pagamento, na data de seu vencimento, do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração e, se for o caso, dos encargos moratórios contratados.

4.4.2. Caberá ao AGENTE FIDUCIÁRIO requerer a execução da fiança.

4.4.3. A fiança objeto desta cláusula é prestada em caráter irrevogável e irretratável, e vigorará até o integral cumprimento, pela EMISSORA, de suas obrigações pecuniárias para com os Debenturistas, nos termos desta Escritura.

4.4.4. A GARANTIDORA declara e garante que (i) todos os requisitos estatutários e legais foram atendidos para a prestação da garantia ora contratada, (ii) seus representantes legais infra-assinados têm plena capacidade e estão investidos de poderes para firmar esta Escritura em nome da GARANTIDORA; e (iii) a concessão da garantia ora contratada e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem quaisquer obrigações por ela assumidas anteriormente, que possam impactar de modo adverso e material no cumprimento da garantia prestada pela GARANTIDORA.

### 4.5. Prazo e Data de Vencimento

O prazo das Debêntures será de 2 (dois) anos, a partir da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 01 de dezembro de 2004 ("Data de Vencimento"), ocasião em que a EMISSORA procederá ao pagamento das Debêntures que ainda se encontrarem em circulação.

### 4.6. Forma e Conversibilidade

As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, não conversíveis em ações da EMISSORA.

### 4.7. Espécie

X

S

2



## ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.

As Debêntures serão da espécie quirografária.



### 4.8. Preço, Prazo de Subscrição e Integralização

**4.8.1.** As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, ao qual somar-se-á o valor resultante da aplicação da variação de 109% (cento e nove por cento) da Taxa DI sobre o Valor Nominal Unitário, *pro rata temporis* no período a contar da Data de Emissão até a data da subscrição das Debêntures, na forma prevista na Cláusula 4.9 desta Escritura. A Integralização das Debêntures será à vista, no ato da subscrição.

**4.8.2.** As Debêntures deverão ser subscritas e integralizadas no prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da data de concessão de registro, pela CVM, para distribuição pública das Debêntures.

### 4.9. Remuneração das Debêntures ("Remuneração")

A Remuneração das Debêntures seguirá o disposto abaixo:

- a) Às Debêntures será conferida remuneração com base em taxa de juros referenciados na taxa média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia – DI, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil", Edição Nacional ("Taxa DI"). A Remuneração das Debêntures será de 109% (cento e nove por cento) da Taxa DI.
- b) A remuneração das Debêntures será paga semestralmente, a contar da Data de Emissão, vencendo-se no dia 01 de junho e 01 de dezembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 01 de junho de 2003 e o último, na Data de Vencimento.
- c) As condições de Remuneração definidas acima terão período de vigência da Data de Emissão até a Data de Vencimento, ou até a quitação integral das obrigações da Companhia.
- d) Cálculo da Remuneração

Fórmula de cálculo da remuneração:

$$JR = VN \times [(f_1 \times f_2 \dots \times f_j) - 1]$$

Onde,

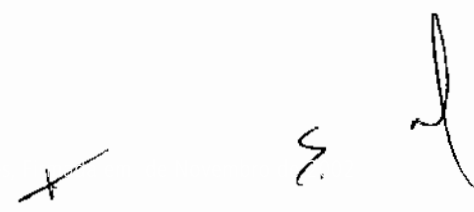
JR = Valor da Remuneração a ser pago nas datas dos seus respectivos vencimentos;

VN = Valor Nominal Unitário da Debênture no início do "período de capitalização";

$(f_1 \times f_2 \dots \times f_j)$  = fator de variação acumulado da Taxa DI, incorporado o *spread* ("S"), entre a data de início (inclusive) e data final (exclusive) do "período de capitalização" da Remuneração, calculada conforme fórmula abaixo:

Os termos  $f_1$ ,  $f_2$ ,  $f_j$  serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$f_j = \left\{ \left[ \left( 1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times S \right\} + 1$$



**ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS  
EM AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.**

Onde,



$f_j$  = fator da Taxa DI referente ao dia "j";

Taxa DI<sub>j</sub> = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia "j";

S = percentual de 109%.

**e) Período de Capitalização**

Define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do Primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração prevista neste item 4.9., imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os Períodos de Capitalização estão definidos da seguinte forma:

Períodos de Capitalização	Datas de Início e Término
1º	Da data de emissão até 01/06/2003, exclusive
2º	01/06/2003 inclusive a 01/12/2003, exclusive
3º	01/12/2003 inclusive a 01/06/2004, exclusive
4º	01/06/2004 inclusive a 01/12/2004, exclusive

**f) Apuração da Taxa DI**

Se na data de apuração do valor de quaisquer obrigações a Taxa DI aplicável não for disponível por não ter sido divulgada, para a determinação da Remuneração do respectivo Período de Capitalização será aplicado o último valor da Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Companhia quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI aplicável.

f.1.) A utilização da Taxa DI deverá considerar o número de casas decimais, conforme divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

**g) Extinção, Impossibilidade Legal de Utilização ou Não Divulgação da Taxa DI**

Na ocorrência de extinção da Taxa DI, impossibilidade legal de sua aplicação às Debêntures, ou de sua não divulgação da Taxa DI por mais de 10 dias seguidos, será utilizado em substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Na ausência de índice que substitua a Taxa DI, ou caso, a exclusivo critério do Agente Fiduciário, a Taxa DI deixar de ser representativa da média dos depósitos interfinanceiros, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 para deliberar, de comum acordo, com a EMISSORA, o novo parâmetro de Remuneração das Debêntures, a ser proposto pela Companhia. O novo parâmetro de Remuneração, estabelecido entre os debenturistas e a EMISSORA, será utilizado, também, para a Remuneração do período compreendido entre a data de divulgação da última Taxa DI até a próxima data de vencimento de Remuneração ou do valor principal das Debêntures. Caso não

## ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.

haja acordo entre os debenturistas e a EMISSORA, as Debêntures deverão ser resgatas no prazo máximo de 60 dias corridos, contados da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, na sua totalidade, pelo saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da data do último pagamento da Remuneração.

h) Para fins de cálculo da Remuneração a ser paga aos Debenturistas na hipótese de ocorrência do disposto no item acima, fica desde já acordado que, a partir da data de convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ali prevista, as Debêntures pagarão Remuneração equivalente à taxa percentual da remuneração que as Debêntures fizeram jus no período de 30 dias imediatamente anterior à convocação da referida assembleia, calculado *pro rata temporis* até a data de pagamento do valor do resgate.

### 4.10. Amortização Programada

As Debêntures não terão amortização programada.

### 4.11 Repactuação

Não haverá repactuação para as Debêntures desta Emissão.

### 4.12. Resgate Antecipado Facultativo à EMISSORA

4.12.1. A EMISSORA reserva-se o direito de, a qualquer tempo, a partir do 6º (sexto) mês contado da Data de Emissão ("Data de Início de Resgate"), promover o resgate antecipado de todas ou parte do total das Debêntures em circulação, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, aplicável até a data do resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da respectiva Remuneração, até a data do efetivo pagamento do resgate, acrescido de prêmio de reembolso. Para os fins do disposto no presente item, o prêmio de reembolso aplicável no caso de resgate antecipado das Debêntures será equivalente a 0,5% (meio por cento) sobre o valor do resgate, proporcional ao prazo em dias corridos restante entre a data do efetivo resgate e a Data de Vencimento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = d/D * 0,5\%$$

Onde:

P = Prêmio a ser pago em valor percentual sobre o valor do resgate

d = quantidade de dias corridos a transcorrer entre a data do efetivo resgate e a Data de Vencimento das Debêntures

D = quantidade de dias corridos entre a data de 1º de junho de 2003 (correspondente ao período de 6 meses após a Data de Emissão) e a Data de Vencimento das Debêntures.

4.12.2. A EMISSORA deverá comunicar os Debenturistas acerca do resgate antecipado das Debêntures, na forma prevista nesta Escritura, no mínimo 20 (vinte) dias corridos antes do efetivo resgate das Debêntures.

4.12.3. Na hipótese de resgate antecipado de parte do total das Debêntures em circulação, o resgate ocorrerá mediante sorteio, na presença do Agente Fiduciário, nos termos do parágrafo primeiro do

## ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.

art. 55 da nº Lei 6.404/76 e demais normas aplicáveis, sendo certo que, ocorrendo resgate parcial, deverão permanecer em circulação no mínimo 20% (vinte por cento) das Debêntures originalmente subscritas e colocadas, caso contrário, o resgate deverá ser total.

### 4.13. Aquisição Facultativa pela EMISSORA

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado Debêntures em circulação por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração aplicável até a data da aquisição, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento de juros, observado o disposto no parágrafo 2º, do art. 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto deste procedimento poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da EMISSORA, ou ser novamente colocadas no mercado.

### 4.14. Aquisição Obrigatória pela EMISSORA

4.14.1. A EMISSORA obriga-se a adquirir a totalidade das Debêntures da Emissão em circulação, dos Debenturistas que, individualmente, manifestarem interesse em vender todas ou parte das Debêntures de que sejam titulares, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, aplicável até a data de aquisição, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou data do último pagamento de juros, observado o disposto no parágrafo 2º do art. 55 da Lei 6.404/76, em até 60 dias, contados da data do recebimento da comunicação por escrito do Debenturista, na ocorrência dos seguintes eventos:

- a) alienação ou perda, a qualquer título, do controle acionário, direto ou indireto, da EMISSORA pela GARANTIDORA; e
- b) alienação ou perda, a qualquer título, do controle acionário direto da GARANTIDORA, por sua atual controladora direta, a Solpart Participações S.A., bem como da maioria do capital votante da Solpart Participações S.A.

4.14.2. No caso de ocorrência das hipóteses previstas no item 4.14.1.(a) e (b), a EMISSORA e/ou a GARANTIDORA deverá(ão) comunicar ao Agente Fiduciário, imediatamente após e desde que receber(em) comunicação por escrito, acerca da ocorrência das hipóteses previstas nos referidos itens.

### 4.15. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados:

- a) Utilizando-se os procedimentos adotados pelo SND, operacionalizado pela CETIP, para as Debêntures registradas para negociação no SND; ou
- b) Utilizando-se os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BOVESPA FIX; ou
- c) Por intermédio do Banco Mandatário.

### 4.16. Prorrogação de Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação relativa às Debêntures, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja



## ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.

expediente bancário em Brasília, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP ou da CBLC, hipóteses em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados nacionais, sábados ou domingos.

### 4.17. Publicidade

Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, deverão ser, obrigatoriamente, publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial da União, Gazeta Mercantil – Edição Nacional e Jornal de Brasília.

### 4.18. Covenants Financeiros

A EMISSORA obriga-se a respeitar os seguintes limites e índices financeiros, a serem verificados trimestralmente:

- a) Na data do último balanço trimestral, a relação entre o somatório do EBITDA consolidado dos últimos 4 trimestres da EMISSORA e o somatório das Despesas Financeiras Consolidadas no mesmo período não poderá ser inferior a 2,25;
- b) Na data do último balanço trimestral, a relação entre a Dívida Consolidada e o somatório do EBITDA consolidado dos últimos 4 trimestres da EMISSORA não poderá ser superior a 3,25;
- c) Na data do último balanço trimestral, a relação entre a Dívida Consolidada e o somatório entre Dívida Consolidada e Patrimônio Líquido não poderá ser superior a 0,60.

#### Definições:

"EBITDA" significa o somatório sem duplicidade (i) do resultado antes de deduzidos os impostos, tributos, contribuições e participações, (ii) da depreciação e amortizações consolidadas ocorridas no mesmo período e (iii) das Despesas Financeiras deduzidas das receitas financeiras, descontados (iv) o resultado não operacional e (v) outras receitas e despesas operacionais.

"Dívida Consolidada" significa o somatório das dívidas onerosas consolidadas da EMISSORA junto a pessoas físicas e/ou jurídicas, incluindo empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não, no mercado de capitais local e/ou internacional, além de avais, fianças, penhores ou garantias prestadas pela Emissora, bem como valores pagos a acionistas em decorrência de resgate de ações realizados pela EMISSORA e a venda ou a cessão de recebíveis presentes ou futuros, com ou sem a coobrigação da EMISSORA.

"Despesas Financeiras Consolidadas" significa o somatório dos custos de emissão de dívida, juros pagos a pessoas físicas ou jurídicas, incluindo instituições financeiras, fornecedores, valores mobiliários, despesas financeiras que não impactem o caixa, comissões, descontos e outras taxas para empréstimos bancários ou cartas de crédito, despesas com hedge, despesas com arrendamento mercantil, despesas com avais, fianças, penhores ou garantias prestadas a outras obrigações.

### 4.19. Encargos Moratórios



ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS  
EM AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas por força da presente Escritura, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a de efetivo pagamento.

**4.20. Vencimento Antecipado**

Na hipótese de a EMISSORA descumprir as obrigações abaixo indicadas, o AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração *pro rata temporis* (e no caso da alínea (b) abaixo, dos encargos moratórios, até a data do seu efetivo pagamento, previstos na Cláusula 4.19 desta Escritura), na ocorrência dos seguintes eventos:

- a) pedido de concordata preventiva, liquidação ou decretação de falência da EMISSORA;
- b) não pagamento, pela EMISSORA, do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração e de quaisquer outros valores devidos aos Debenturistas nas datas previstas nesta Escritura, não sanado no prazo de 3 (três) dias corridos, contados da respectiva Data de Vencimento;
- c) decisão judicial determinando execução judicial de títulos contra a EMISSORA cujo valor agregado não pago ultrapasse R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), valor esse reajustado, a partir da Data de Emissão das Debêntures, pela variação do Índice Geral de Preços-Mercado ("IGPM"), salvo se contra tal decisão judicial couber qualquer ação ou recurso judicial da EMISSORA perante o tribunal que determinou a execução do título ou tribunal superior a este;
- d) inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da EMISSORA cujo valor principal seja superior a R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), salvo se sanado pela EMISSORA no prazo de 10 (dez) dias corridos contados da data de notificação à EMISSORA de ocorrência de inadimplemento e/ou vencimento antecipado;
- e) não observância de qualquer item constante da Cláusula 4.18. (*covenants* financeiros) desta Escritura;
- f) perda, pela Emissora, da concessão para prestação de serviços de telefonia fixa comutada; e
- g) descumprimento, por parte da EMISSORA, de qualquer obrigação material prevista nesta Escritura, não sanada em 30 dias contados da data de aviso enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

**4.21. Comunicações**

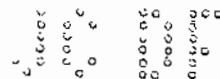
**4.21.1** As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a EMISSORA:

Brasil Telecom S.A.  
SIA Sul – ASP – LOTE D – Bloco B  
Brasília - Distrito Federal  
CEP: 71215-000  
At.: Sr. Paulo Sá

ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS  
EM AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.

Telefone: 61 415-1052  
Fac-símile: 61 415-1343  
E-mail: paulo.sa@brasiltelecom.com.br



Para a GARANTIDORA:

Brasil Telecom Participações S.A.  
SIA Sul – ASP – LOTE D – Bloco B  
Brasília - Distrito Federal  
CEP: 71215-000  
At.: Sr. Paulo Sá  
Telefone: 61 415-1052  
Fac-símile: 61 415-1343  
E-mail: paulo.sa@brasiltelecom.com.br

Para o AGENTE FIDUCIÁRIO:

Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.  
Rua Sete de Setembro, 99, 16o andar  
Rio de Janeiro - RJ  
20050-005  
At.: Sr. Carlos Alberto Bacha / Sr. Rinaldo Rabello Ferreira  
Telefone: (21) 2507-1949  
Fac-símile: (21) 2507-1773  
E-mail: pavarini@pavarini.com.br

4.21.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja comprovado através de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias corridos após o envio da mensagem por fac-símile.

4.21.3. A parte que mudar do respectivo endereço ou que tiver qualquer de seus dados acima mencionados alterados deverá comunicar à outra parte o novo endereço para correspondência ou os novos dados, conforme o caso.

**4.22. Decadência dos Direitos aos Acréscimos**

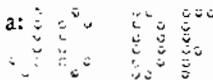
Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.19 desta Escritura, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado veiculado na forma indicada na Cláusula 4.17 desta Escritura, não dará direito ao Debenturista ao recebimento de Remuneração pelo período relativo ao atraso correspondente ao período em que não compareceram para recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

**Cláusula Quinta - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA**



**ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS  
EM AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.**

A EMISSORA obriga-se, nos termos desta Cláusula Quinta, a:



**5.1. Até o integral cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura, a EMISSORA está adicionalmente obrigada a fornecer ou tornar disponível ao AGENTE FIDUCIÁRIO:**

- a) no prazo legal aplicável de divulgação de informações periódicas, após o término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras completas relativas a esse período, preparadas de acordo com a legislação societária, os normativos aplicáveis emitidos pela CVM e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à EMISSORA, ou à sua administração e respectivas respostas, se for o caso;
- b) no prazo legal aplicável de divulgação de informações periódicas, cópia das demonstrações financeiras consolidadas, não auditadas referentes aos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, preparadas de acordo com a legislação societária, os normativos emitidos pela CVM e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Comissão de Valores Mobiliários nos termos da Instrução CVM nº 202/93 e alterações posteriores, nos prazos previstos na referida norma;
- d) imediatamente, qualquer informação razoável que venha a ser solicitada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO; e
- e) nas mesmas datas de sua publicação, todos os avisos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver os interesses dos Debenturistas.

**5.1.1. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;**

**5.1.2. Efetuar e manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM e fornecer aos seus Debenturistas, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, as demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76;**

**5.1.3. Manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos Debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, ou contratar instituições financeiras autorizadas a prestar esse serviço; e**

**5.1.4. Notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras ou operacionais da Emissora que: (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante e adversa o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures nas hipóteses e condições de vencimento antecipado previstos no item 4.20 da Cláusula Quarta acima, ou (ii) possa causar a interrupção ou suspensão das atividades da EMISSORA, por prazo superior a 15 dias corridos.**

**5.1.6. Cumprir as determinações emanadas da CVM que forem dirigidas diretamente à EMISSORA a respeito da Emissão, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas pela CVM.**





**ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS  
EM AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.**

**5.1.7.** Não realizar operações que tenham sido julgadas, em instância final administrativa e judicial, fora do seu objeto social, observado o devido processo legal.

**5.1.8.** Não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei ou por disposição estatutária, e/ou juros sobre capital próprio se estiver por mais de 15 (quinze) dias em mora relativamente ao pagamento de quaisquer das obrigações pecuniárias devidas em virtude das Debêntures.

**5.1.9.** Manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, as agências de classificação de risco ("rating"), o banco mandatário e escriturador das Debêntures, o AGENTE FIDUCIÁRIO e os sistemas de negociação no mercado secundário (SND e BOVESPA FIX).

**5.2.** Até o integral cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura, a GARANTIDORA está obrigada a fornecer ou tornar disponível ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) no prazo legal aplicável de divulgação de informações periódicas, após o término de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras completas relativas a esse período, preparadas de acordo com a legislação societária, os normativos aplicáveis emitidos pela CVM e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à EMISSORA, ou à sua administração e respectivas respostas, se for o caso;
- b) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Comissão de Valores Mobiliários nos termos da Instrução CVM nº 202/93 e alterações posteriores, nos prazos previstos na referida norma; e
- c) imediatamente, qualquer informação razoável que venha a ser solicitada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

**Cláusula Sexta - DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

**6.1.** A EMISSORA nomeia e constitui AGENTE FIDUCIÁRIO da Emissão da presente Escritura, Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda, qualificada no preâmbulo desta Escritura, que neste ato aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante ela, EMISSORA, a comunhão dos titulares das Debêntures.

**6.2.** O AGENTE FIDUCIÁRIO dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:

- a) aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- b) aceitar integralmente esta Escritura, todas suas cláusulas e condições;
- c) sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei nº 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida; e
- d) não ter qualquer ligação com a EMISSORA que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

X

Σ

2

ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS  
EM AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.

6.3. O AGENTE FIDUCIÁRIO exercerá suas funções a partir da data da assinatura da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua alteração, devendo permanecer no exercício de suas funções até o vencimento final das Debêntures ou a sua efetiva substituição.

6.4. Serão devidas pela EMISSORA ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração da seguinte forma:

a) Parcelas anuais de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no quinto dia útil após a data de obtenção do registro de emissão das Debêntures junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e os seguintes na mesma data do ano posterior;

b) As parcelas citadas no item "a" supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão das Debêntures até as datas de pagamento, calculadas *pro rata die*, se necessário. Tal remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela EMISSORA;

c) Na hipótese do IGP-M, em qualquer mês de referência, apresentar taxa de variação negativa, expressando uma deflação medida por esse índice de preços, considerar-se-á, como variação para o referido mês, a taxa de 0% (zero por cento) que, por definição, não virá a alterar a variação acumulada do IGP-M até o período imediatamente anterior ao cálculo a que se refere;

d) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida ao AGENTE FIDUCIÁRIO em decorrência desta Escritura, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura;

e) o AGENTE FIDUCIÁRIO não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da EMISSORA ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela EMISSORA ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões; e,

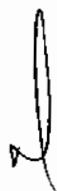
f) As parcelas serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.5. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;

b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;



ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS  
EM AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.

- d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, devendo, neste caso, o oficial do registro notificar a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, da Justiça do Trabalho, da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da EMISSORA;
- i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;
- j) examinar as alterações do Estatuto Social da EMISSORA que modifiquem o seu objeto social, ou que, de qualquer forma, tenham algum reflexo na presente emissão, cumprindo-lhe, se for o caso, convocar Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre a matéria;
- k) convocar, quando necessário, a Assembléia de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deva efetuar suas publicações, observado o disposto na Cláusula 4.17 desta Escritura;
- l) comparecer à Assembléia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- m) elaborar os relatórios anual e trimestrais destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, letra "b", da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações, além das estabelecidas no referido dispositivo legal:
- m. 1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigação prestação de informações pela EMISSORA;
  - m. 2) alterações estatutárias ocorridas no período;
  - m. 3) comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
  - m. 4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
  - m. 5) amortização e pagamento de juros das Debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures pela EMISSORA;

ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS  
EM AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.

- m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados mediante a emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;
- m.7) relação dos bens e valores entregues a sua administração, se for o caso;
- m.8) cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento; e
- m.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO.

n) colocar os relatórios de que trata o item anterior à disposição dos Debenturistas nos seguintes prazos: (i) relatórios anuais: no máximo 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA; (ii) relatórios trimestrais: no máximo 15 dias após o prazo determinado pela CVM para a entrega dos Informativos Trimestrais – ITR's, ao menos nos seguintes locais:

- n. 1) na sede da EMISSORA;
- n.2) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;
- n.3) na CVM; e
- n.4) nas instituições financeiras que liderarem a colocação das Debêntures.

o) publicar, nos órgãos de imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, observada a Cláusula 4.17 desta Escritura, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea "n" acima;

p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante inclusive, gestões junto à EMISSORA e à instituição prestadora de serviços de Debêntures escriturais;

q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste instrumento, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;

r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da ocorrência do evento, de qualquer inadimplemento pela EMISSORA de obrigações assumidas nessa Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM.

6.6. O AGENTE FIDUCIÁRIO, após decisão da Assembléia de Debenturistas, obedecido o "quorum" de deliberação previsto na Cláusula 9.6 desta Escritura, usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:

- a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- c) requerer a falência da EMISSORA; e



ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS  
EM AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.

d) representar os Debenturistas em processo de falência, concórdia, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA.

6.6.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista na alínea "a" da Cláusula 6.6 desta Escritura na ocorrência de uma ou mais hipóteses previstas na Cláusula 4.20 desta Escritura.

6.6.2. Se qualquer quantia devida aos Debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita por meio de advogados, a EMISSORA deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura, honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro caso de vacância na função de AGENTE FIDUCIÁRIO, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia dos Debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO.

6.7.1. Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar, no prazo de 2 (dois) dias o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu substituto, em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para este fim.

6.7.3. Em qualquer hipótese, a substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento dos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e normas posteriores.

6.7.4. A substituição, em caráter permanente, do AGENTE FIDUCIÁRIO, deverá ser objeto de aditamento à Escritura, devendo este ser averbado na Junta Comercial na qual será inscrita esta Escritura.

6.7.5. Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

6.7.6. Na hipótese de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO, seu substituto receberá a mesma remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO descrita na Cláusula Sexta desta Escritura, em todos os seus termos e condições, a partir da data de início do exercício de suas funções como AGENTE FIDUCIÁRIO. A remuneração constante da Cláusula 6.4. da Escritura poderá ser alterada de comum acordo entre a EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas. Em caso de substituição, o AGENTE FIDUCIÁRIO substituto deverá, imediatamente após a nomeação, comunicá-la aos debenturistas, na forma do item 4.17. desta Escritura.

**ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS  
EM AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.**

**6.7.7.** Em caso de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO, serão efetuados os pagamentos observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação de serviços.

**Cláusula Sétima - DAS DESPESAS DO AGENTE FIDUCIÁRIO**

**7.1.** A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO de todas as despesas nas quais o mesmo tiver incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, ou para realizar seus créditos, desde que documentalmente comprovadas.

**7.1.1.** O ressarcimento do qual a presente cláusula trata será efetuado no prazo de 2 (dois) dias após a entrega à EMISSORA dos documentos comprobatórios das despesas incorridas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

**7.1.2.** As despesas às quais se refere esta cláusula compreendem, inclusive, as seguintes:

(a) despesas com publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura ou que vierem a ser exigidas pela legislação/regulamentação;

(b) extração de certidões;

(c) locomoção entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e,

(d) eventuais levantamentos adicionais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes ao estrito interesses dos Debenturistas.

**7.1.3.** Em caso de inadimplência da Emissora quanto às obrigações oriundas desta Escritura, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive processos administrativos, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto no artigo 68, § 5º, da Lei nº 6.404/76, acrescidas à dívida da EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos judiciais, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, honorários advocatícios, depósitos judiciais e custas e taxas judiciárias decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese de a EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

**7.1.4.** O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas nas quais tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenham sido saldadas na forma da Cláusula 7.1.1. desta Escritura, será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

**Cláusula Oitava - DA RENÚNCIA**

**8.1.** Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Emissão. Desta forma, nenhum atraso em exercer ou omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que

## ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.

caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da EMISSORA prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

### Cláusula Nona - DA ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS

9.1. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.2. A Assembléia de Debenturistas desta emissão poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

9.3. Aplicar-se-á à Assembléia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 para Assembléia Geral de Acionistas.

9.4. A Assembléia instalar-se-á em primeira convocação com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número. A presidência da Assembléia caberá ao Debenturista que for eleito pelos presentes.

9.5. Nas deliberações da Assembléia de Debenturistas, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

9.6. Todas as deliberações da Assembléia de Debenturistas serão tomadas por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos votos presentes, exceto nos casos em que a deliberação tiver por objetivo alterar as condições (i) de Remuneração e (ii) de Data de Vencimento das Debêntures, previstas, respectivamente, nos itens 4.5. e 4.9. da Cláusula Quarta desta Escritura, que dependerão de aprovação por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos votos presentes à Assembléia de Debenturistas, observadas as disposições previstas no artigo 71, §5º da Lei nº 6.404/76, a respeito do quorum mínimo legal.

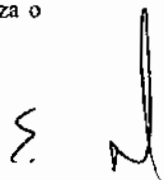
9.7. Para efeito de quorum a que se refere esta Cláusula, serão excluídas do número de Debêntures, as mantidas pela EMISSORA em tesouraria.

9.8. Será facultada a presença dos representantes legais da EMISSORA nas Assembléias de Debenturistas.

9.9. O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá comparecer à Assembléia de Debenturistas e prestar as informações que lhe forem solicitadas.

### Cláusula Décima - DA DIVISÃO

10.1. Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.





**ESCRITURA DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS  
EM AÇÕES, DA BRASIL TELECOM S.A.**

**Cláusula Décima Primeira - DO FORO**

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura, sem prejuízo da faculdade das Partes de ajuizar qualquer ação ou procedimento perante o foro Distrital de Brasília, Distrito Federal.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam esta Escritura a EMISSORA e, na qualidade de intervenientes, o AGENTE FIDUCIÁRIO e a GARANTIDORA, em 05 (cinco) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Brasília, 11 de novembro de 2002

*[Assinatura]*  
**BRASIL TELECOM S.A.**

*[Assinatura]*  
**PAVARINA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**  
**MARCUS VENICIUS B. DA ROCHA**      **CARLOS ALBERTO BACHA**

*[Assinatura]*  
**BRASIL TELECOM PARTICIPAÇÕES S.A.**

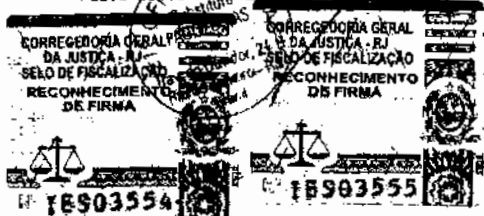
**Testemunhas:**

1. *[Assinatura]*  
 Nome: **RINALDO RABELO FERREIRA**  
 CPF: 409.941.827-91  
 RG: 03158463-4 - SP

**Testemunhas:**

2. *[Assinatura]*  
 Nome: **HERNANI DE SOUZA CARVALHO JR**  
 CPF: 029772217-43  
 RG: 09154161-5 - SP-RJ

Cartório do 219º Ofício de Notas, Travessa do Ouvidor, 21 B  
 Centro - Rio de Janeiro. Tabelião: Ney Ribeiro. Reconheço por  
 semelhança as firmas de: **MARCUS VENICIUS BELLINELLO DA ROCHA** e  
**CARLOS ALBERTO BACHA**  
 No: 22292  
 Rio de Janeiro, 12 de Novembro de 2002. Conf. por:  
 Em testemunho da verdade. Serventia: 4.58  
 Paulo Vicius - Subscritor 20% P. Judicial: 0.94  
 Total: 5.62



2o. OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO  
 SRTV/SUL OD. 701 BL. 01 LJ 24 TERREO  
 ED. ASSIS CHATEAUBRIAND - BRASÍLIA/DF  
 CNPJ/MF 00.618.421/0001-80

RECONHEÇO e dou fe' por SEMELHANÇA a(s)  
 firma(s) de:  
**JOSEELKA CARLA CICO**  
**JOSEB9134 PAULO PEDRO RIO BRANCO**

Em testemunho da verdade.  
 BRASILIA, 14 de Novembro de 2002

**IGORIANO SORGES TEIXEIRA** - TABELIAO  
**LEMOQUES ALVES GOUVEIA** - ESC. NOT. AUT.  
**IRITA OLIDES S. P. PAES** - ESC. NOT. AUT.  
**IGUILHERRANO H. DA SILVA** - ESC. NOT. AUT.

**JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL**  
 CERTIFICADO DE REGISTRO EM: 12/12/2002  
 SOB Nº: ED000019000  
 Protocolo: 02/066217-3  
 Empresa: 53 3 0000622 9  
 BRASIL TELECOM S/A

*[Assinatura]*  
**ANTONIO CELSON G. MENDES**  
 SECRETARIO-GERAL